

Ata da terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Dolcinópolis. Aos 20 (vinte) dias do mês de março do ano dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Dolcinópolis do Estado de São Paulo, na sede do Paço Municipal “Dovílio de Biazi”, onde funciona o Poder Legislativo, Plenário “Claudomiro Pereira Paschoa”, sito à Avenida Elydio Massarenti nº- 1320 realizou-se a terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Dolcinópolis, da décima quinta Legislatura, sob a Presidência do Vereador Danilo Rogério Cortez e Secretariada pela Vereadora Rozangela Galanti Nilsen, com a presença dos seguintes e demais Senhores Vereadores: Aduino Gonçalves Pereira, Brenner Henrique Pavão Feltrin, Celma Maria Posclan Neves, Géssica Grazieli Brunca Batista, Neucenir Rossi, Pedro Sanches Stefanin e Weverson Pereira Brussolo. Havendo número legal para deliberações, às vinte horas (horário regimental), o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando em seguida do Senhor Secretário para que procedesse a leitura da Ata da Sessão anterior, que foi dispensada a sua leitura a pedido do Vereador Weverson Pereira Brussolo, que após submetida à consideração do Plenário em primeira e única discussão e votação, foi “**aprovada por unanimidade**”. Passando para o “**EXPEDIENTE**”. Matérias de autoria do Poder Executivo Municipal: Projeto de Lei nº- 004 – de 29 de fevereiro de 2024, o qual dispõe sobre autorização para alienação de imóvel de propriedade do município, pelo preço de mercado, objeto da matrícula nº- 14.010 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Estrela D’Oeste. Proposituras do Poder Legislativo: Indicação nº- 010 – de autoria da Vereadora Celma Maria Posclan Neves, a qual reivindica do Senhor Prefeito Municipal, providências no sentido de promover a **limpeza pública** nas ruas da cidade. Pedido de Informação nº- 02/2024, de autoria da Vereadora Celma Maria Posclan Neves, solicitando do Senhor Prefeito Municipal, informações a respeito da diminuição dos valores pagos a título de insalubridade dos servidores municipais. Não havendo mais matérias a serem lidas no presente Expediente, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Vereadores inscritos para falar sobre tema livre em Expediente. Inicialmente usou da palavra o Vereador **Danilo Rogério Cortez**, segue o seu pronunciamento: Boa noite a todos, nós temos um Projeto a ser votado hoje, a questão do terreno do lixão, já vou dizer a todos que meu voto será contra que já estamos no quarto ano, último ano de mandato diante de um contexto. Tanto que a gente vem aqui na Casa cobrar fazer Indicação, e quantas das nossas Indicações foram atendidas? Três, quatro, pouquíssimas Indicações atendidas até hoje. Nós aprovamos um Projeto de um milhão e meio aqui nessa cidade para continuação das obras, por ter perdido dois milhões de reais. E nós aprovamos um Projeto de um milhão e meio sacrificando o município, e agora essas obras estão a passo de tartaruga, olha lá se a tartaruga não chegar primeiro. Nós vemos ruas sujas, o que é uma Indicação de colocar cinco ventiladores ali no centro comunitário, um bebedouro que tanto as funcionárias pedem na saúde, o que é isso para uma prefeitura, uma ambulância que foi ganha que nós perdemos por não buscar uma ambulância. O Projeto colocou na justificativa, que é para comprar uma ambulância e pagar encargo social, que também não concordo em pagar encargo social. Se fosse para comprar duas ambulâncias ou gastar em outros setores, para ajudar a questão de maquinários, outros aparelhos eu concordaria, mas para encargo social não concordo. Insalubridade dos funcionários que foi tirada, deu reajuste, deu vale alimentação, mas tirou a insalubridade. Da com uma mão e tira com a outra, progressão dos professores, nem se fala, a gente está debatendo aqui quantos

anos, progressão dos professores que até hoje não foi atendida, nem sequer tem interesse de fazer uma reunião para tentar arrumar essa situação que é direito deles. Então por vários contextos, eu entendo que o senhor prefeito, para o senhor jurídico da prefeitura é uma via de mão única é só a vontade dele, só vai, a nossa não é atendida, só a vosso reino e a nossa vontade é esquecida. Então eu queria deixar bem claro que sou contra o Projeto, por todos esses motivos e algum mais, que acabei esquecendo, mas numa próxima oportunidade vou lembrar e vou estar falando aqui. Obrigado. Prosseguindo usou da palavra a Vereadora **Géssica Grazieli Brunca Batista**. Segue na íntegra o seu pronunciamento: Boa noite a todos. Como é de praxe quando existe algum Projeto que é polêmico eu tenho colocações a fazer, eu venho manifestar agora semelhante ao que fez o Vereador Danilo, na justificativa do Projeto realmente consta que seria para o pagamento de encargos sociais, como o próprio jurídico da Câmara falou, que isso daí o Tribunal de Contas desaprova tal conduta e para complementar o valor de aquisição de ambulâncias. Bom, para complementar esse valor da ambulância daria, com a verba que veio para adquirir um veículo certo? Entendo que o município pode querer adquirir um veículo melhor, de melhores condições e queira colocar uma contra partida, beleza. Se há dinheiro para isso tudo bem, se não há vamos comprar com valor que a gente tem. Mas outra solução ao meu ponto de ver, muito mais fácil e viável do que se vender um terreno, seria muito mais viável vender os próprios veículos que estão sucateados no município. Tem ambulância, a gente sabe que ambulância roda muito, que usa muito ambulância. Então vender essas que estão sem condições de uso e muito ruim para substituir por uma ambulância nova. Acho que esse seria um caminho melhor, um caminho mais fácil. Outra alternativa, seria o próprio empréstimo do financiamento que foi o FINISA. Eu não posso afirmar com certeza se está englobado, se tem obras certas e específicas para que gastar com esse valor, que foi financiado esse um milhão e meio. No entanto, eu me recordo muito bem que quando veio o Projeto para a Câmara, eu gostaria, foi um pedido meu, pode atrelar para que vai ser este financiamento. Falou que não era possível, porque a Caixa não autorizava se fosse atrelado a alguma obra, alguma coisa específica, que eu li da cartilha do FINISA à possibilidade. Então, a possibilidade tanto de vender os veículos sucateados, ou usar o que já tem, ou fazer um empréstimo novo junto ao FINISA. Somado a isso tem a política nacional dos resíduos sólidos, em que as prefeituras têm até agosto deste ano, cidades com menos de cinquenta mil habitantes para implementar um aterro sanitário, muito se fala que é a respeito de um consórcio, só que eu só ouço falar não vejo um Projeto alguma coisa específica, uma data quando vai funcionar, quando que não vai. Então, por essas questões muito abstratas é difícil a gente colocar aqui e votar. Um exemplo vou fazer a comparação de quando veio o Projeto, não era vereadora na época, veio um Projeto em que vendeu-se o peixe, justificou-se que seria muito interessante adquirir o terreno e foi colocado inúmeros benefícios. No entanto, agora esses benefícios perderam todo o sentido, mudou-se de ideia. Tem que ser mais amadurecida, tem que ser, mas pensada, que feito o negócio é difícil desfazer e voltar atrás. Como o vereador Danilo falou, a questão dos encargos sociais também não me agrada não me cheira bem, não vejo com bons olhos vender um terreno para pagar encargos sociais. Se fosse para investir na aquisição de placas solares por exemplo, implementar uma sala de fisioterapia comprar equipamentos novos, alguma coisa em prol que a gente veja uma coisa palpável vamos falar

assim, eu estou trocando esse terreno aqui, mas eu estou investindo aqui, a saúde está melhorando aqui, a educação melhorando ali e não para pagar encargos sociais. Então essa é a minha colocação, nesse momento a percepção que eu tenho que eu estou aqui como representante, com quem eu conversei na cidade, as pessoas tiveram foi essa a posição que passaram para mim também. Eu procuro ouvir a população antes de vir aqui votar, por isso eu critico muito e bato no pé na questão dos Regimes de Urgência, votação em Regime de Urgência, não, tem que dar a oportunidade da gente, de vereador conversar com a população, para saber também o que a população pensa e ouvir a respeito. Então essa é a minha justificativa neste momento. Boa noite a todos e obrigada pela atenção. Não havendo mais Vereadores inscritos para falar em Expediente, o Senhor Presidente, declara-o encerrado. Passando para **“ORDEM DO DIA”**. Iniciando os trabalhos da Ordem do Dia o Senhor Presidente procedeu a discussão e votação do Projeto de Lei que se encontrava em regime de tramitação, comunicando que sua votação será nominal e o Projeto sua votação é matéria de dois terços. Prosseguindo, o Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário o Projeto de Lei nº- 004/2024, que dispõe sobre autorização para alienação de imóvel de propriedade do município, objeto da matrícula nº- 14.010 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Estrela D'Oeste, o qual recebeu Parecer favorável das Comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamentos, sendo o respectivo Projeto, submetido à consideração do Plenário em primeira e única discussão e votação nominal. Submetido em discussão no Plenário e não havendo manifestação, o Senhor Presidente submeteu o Projeto de Lei nº- 004/2024, em votação nominal no Plenário, sendo o mesmo **“Rejeitado”** por 04 (quatro) votos contrários dos Vereadores: Aduino Gonçalves Pereira; Brenner Henrique Pavão Feltrin; Danilo Rogério Cortez e Géssica Grazieli Brunca Batista, o qual obteve também 05 (cinco) votos favoráveis dos Vereadores: Celma Maria Posclan Neves, Neucenir Rossi; Rozangela Galanti Nilsen; Pedro Sanches Stefanin e Weverson Pereira Brussolo. O Pedido de Informações nº- 02/2024, de autoria da Vereadora Celma Maria Posclan Neves, solicitando informações sobre pagamento de insalubridade de servidores, sendo o respectivo Pedido de Informação, submetido à consideração do Plenário em primeira e única discussão e votação. Submetido em discussão no Plenário e não havendo manifestação, o Senhor Presidente submeteu o Pedido de Informação nº- 02/2024, em votação no Plenário, sendo o mesmo **“aprovado por unanimidade”**. Não havendo matérias a serem discutidas e votadas na presente Ordem do Dia, o Senhor Presidente declarou a mesma encerrada. Passando para **“EXPLICAÇÕES PESSOAIS”**. Em Explicações Pessoais usou da palavra a Vereadora Géssica Grazieli Brunca Batista, segue o seu pronunciamento: Só para esclarecer que foi uma conversa informal que a gente teve com o jurídico, eu e alguns vereadores na sala ali antes de começar a sessão, mas independente disso eu mantenho e afirmo minha posição conforme foi votado, pelos demais motivos expostos. Boa noite. Não havendo oradores para fazer uso da palavra em Explicações Pessoais, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente Sessão, do que para constar eu _____, Rozangela Galanti Nilsen, Primeira Secretária, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada vai devidamente assinada.

“Plenário Claudomiro Pereira Paschoa”
Em 20 de março de 2024.

Danilo Rogério Cortez
Presidente

Rozangela Galanti Nilsen
Primeira Secretária